

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,  
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de  
4 de março.  
Código Penal.

## AVISO

### **Encerramento administrativo de um estabelecimento de apoio social sem denominação, na Estrada Nacional, n.º 9, Porta 4, em Gibraltar, Ponte de Rol, Torres Vedras**

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) ;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Carolina Maria dos Santos Alves Filipe;
- está instalado em Estrada Nacional, n.º 9, Porta 4, em Gibraltar - Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras.

*artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigo 40.º, n.º 1, alínea b),  
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º  
64/2007, de 14 de março*

#### **Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes**

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 297/2017, de 21 de dezembro de 2017, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março*

#### **Consequências do incumprimento da deliberação**

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*artigo 348.º, alínea b), do  
Código Penal*



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

**Este aviso deve estar afixado durante 30 dias**

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 21 de dezembro de 2017

Rui Fiolhais  
Presidente

*artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal*